

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

PARECER Nº.: 003/2017

OBJETO: Projeto de Lei nº. 4.515/2017 que “Autoriza o Executivo Municipal a efetuar repasses financeiros de subvenções, contribuições e auxílios às entidades que menciona e outros auxílios financeiros a pessoas físicas.

AUTORIA: Executivo Municipal

RELATOR: Vereador

1. RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) o Projeto de Lei nº. 4.515/2017, de 3 de janeiro de 2017 que “Autoriza o Executivo Municipal a efetuar repasses financeiros de subvenções, contribuições e auxílios às entidades que menciona e outros auxílios financeiros a pessoas físicas.”

O Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e fez distribuir às comissões permanentes, conforme se infere do despacho prolatado.

Seguindo a ordem e sistemática adotada pela CLJR, coube a este Vereador a relatoria.

2. RAZÕES

O projeto de lei em referência se enquadra na categoria legislativa de lei ordinária, porquanto o conteúdo nele versado não se encontra reservado ao campo material próprio da lei complementar, do decreto legislativo ou da resolução, motivo pelo qual está correta a modalidade legislativa utilizada.

Quanto à constitucionalidade e legalidade, constata-se que o projeto está em consonância com o disposto no art. 30, I, da Constituição Federal e arts. 12 e 67 da Lei Orgânica Municipal, segundo os quais compete privativamente ao Município Legislar sobre matéria de interesse local.

Constata-se, também, que a matéria integra o campo reservado da iniciativa do Chefe do Executivo, consoante a previsão contida no artigo 108, da Lei Orgânica, face a sua natureza orçamentária.

No tocante à técnica de redação, o projeto atende as determinações da Lei Complementar Municipal nº. 400, de 9 de abril de 2013, que trata das regras atinentes à elaboração, alteração e consolidação das leis municipais.

Convém registrar, consoante as orientações da Procuradoria e Assessoria Jurídica desta casa, que as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil deverão sobrevir, a partir de 1º de janeiro de 2017, na forma do disposto na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, com a redação dada pela Lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015, cumprindo, pois, à administração pública municipal se adequar ao novo marco legal sobre a matéria.

Assim, considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da matéria, com a mesma redação, em primeiro turno de votação.

É como voto.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 4 de janeiro de 2017.

Vereador DAVID ANTÔNIO SANCHES
Relator

Vereador LÁSARO BORGES DE OLIVEIRA
Membro da CLJR

Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM
Membro da CLJR